

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA LÍNGUA PORTUGUESA E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO

Layssa de Jesus Alves Duarte (UFT)

layssajaduarde@gmail.com

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (UFT)

luizpeel@uft.edu.br

RESUMO

O fato de que as línguas mudam é incontestável, a linguística histórica atesta que a variação linguística é inerente a todas as línguas em qualquer época. O fator que re-freia a variação linguística é a escrita e o conseqüente padrão linguístico compendiado pelos manuais de gramática. Diante dessa questão, este texto tem como objetivo final – desenvolvido na última seção – discutir sobre o tipo de tratamento escolar que se deve dar às variantes que não se encaixam nesse padrão. Antes disso, é preciso considerar o inevitável processo de mudança pelo qual passou a língua portuguesa, mostraremos, de modo breve na primeira seção, como a variação linguística esteve presente no processo de evolução do latim até sua transformação em outras línguas, inclusive na língua portuguesa. Em seguida, trataremos, na segunda seção, sobre algumas características principais da variação linguística e sobre como a escrita colabora para fixar padrões mais e menos prestigiados.

Palavras-chave:

Ensino. Língua portuguesa. Variação Linguística.

1. Variação linguística e história da língua portuguesa

A língua portuguesa, como conhecemos hoje, assim como qualquer outra língua, evoluiu por meio de transformações que ocorreram no decorrer de séculos. Nesta seção, será apresentada, de modo sucinto, a história da língua portuguesa e como fatores geográficos e políticos, ou seja, alheios às questões puramente estruturais e linguísticas, foram os mais relevantes para que o latim evoluísse e se transformasse em outras línguas, inclusive na língua portuguesa.

O início dessa história remonta ao processo de povoamento e de romanização da Península Ibérica, território onde hoje se encontra Portugal. Tendo como seus primeiros habitantes os celtas e os iberos – que posteriormente se tornaram um único povo, os celtiberos – a península recebeu também os fenícios, os gregos e os cartaginenses. Estes últimos ameaçavam a soberania de Roma, e pretendiam apoderar-se totalmente da Península Ibérica, com essa intenção cercaram Sagunto, o que levou

os celtiberos a chamarem em socorro os romanos.

A vitória dos romanos sobre Cartago deu origem a um processo de dominação que durou séculos e que impôs aos povos dominados da Península Ibérica não apenas o domínio político militar, mas também o domínio cultural. “Roma, paralelamente à sua conquista territorial, ia realizando a conquista linguística, impondo aos povos vencidos a sua língua: o latim” (SILVA, 2010, p. 20). Outros eventos ocorridos no curso da história também contribuíram para a evolução linguística do latim e o consequente surgimento das línguas neolatinas. Podemos citar as invasões árabes e bárbaras como exemplos desses eventos, e especificamente no tocante à língua portuguesa, podemos mencionar o movimento de reconquista⁴⁹ e a consolidação de Portugal como território politicamente delimitado.

A imposição do latim aos povos da Península Ibérica é um episódio essencial na história da língua portuguesa. A expansão do Império Romano e as invasões bárbaras e árabes geraram o contato com outros povos, o que possibilitou não só que houvesse variação linguística no latim, mas sua evolução ao ponto de se transformar em outras línguas. Sendo assim, as questões geográficas e políticas que propiciaram a mistura de diferentes povos utilizando o latim determinaram não o desaparecimento dessa língua, mas uma evolução que dura até os dias atuais. Essa evolução é muito bem esclarecida nas palavras de Oliveira:

As línguas variam e mudam, e, partindo desse princípio, podemos dizer que o português é uma das formas hodiernas do latim, já que a maior parte de suas palavras, assim como de sua sintaxe, veio dessa língua clássica. Do latim ao português, temos um caminho muito mais complexo,

⁴⁹ Movimento contrário às invasões árabes. Exércitos hispano-visigóticos e cristãos informados com o domínio muçulmano fundaram o Reino das Astúrias e iniciaram o movimento de reconquista dos territórios perdidos para os árabes. Haury (2008, p. 31) nos diz que esse movimento era “uma guerra militar, santa, abençoada, e beneficiada pelos papas. Avançando para o Sul, foram recuperando aos poucos os territórios perdidos; assim se formaram os reinos cristãos de Leão, Aragão, Navarra e Castela”. Esse evento histórico culminou, mais tarde, na formação do estado português, já que o Rei Afonso VI, de Navarra e Castela, presenteou – devido ao sucesso nas batalhas contra os árabes – Dom Raimundo com o território da Galiza e Dom Henrique de Borgonha com o Condado Portucalense. Falava-se, nesses dois territórios, o galego-português ou galaico-português, porém, a fundação política de Portugal (antigo Condado Portucalense) como estado independente e a consequente separação da Galiza fizeram com que a língua das duas regiões também se dividisse, passando o galego a ser a língua falada na Galiza e o português a língua de Portugal.

pois foram trocas e mais trocas linguísticas até o surgimento da “última flor do Lácio”. Neste caminho temos o latim, o latim vulgar, o romance, o galaico-português e o próprio português. E, da mesma forma, outras línguas surgiram do latim, para deixar a situação ainda mais complexa: o espanhol, o catalão, o francês, o provençal, o italiano, o rético, o dalmático, o romeno e o sardo. (OLIVEIRA, 2015, p. 14)

O desaparecimento de uma língua é consequência do desaparecimento dos falantes que a utilizam, ou porque foram aniquilados ou porque foram assimilados por outra sociedade portadora de outra língua; o caso do latim, porém, é específico. Segundo Faraco,

Nenhuma sociedade fala hoje o latim propriamente dito. Contudo, de certa maneira, ele continua sendo falado, embora de forma bastante alterada, pelas sociedades que falam as chamadas línguas românicas como o português, o espanhol, o francês, o italiano, o romeno, o sardo, o catalão. (FARACO, 2006, p. 45)

Nesse sentido, quanto ao latim, embora seja uma língua morta, podemos afirmar que seu fluxo histórico de transformações continua vivo nas línguas as quais deu origem. Como já mencionado, as mudanças linguísticas, no caso do latim, não estão relacionadas somente a questões estruturais, mas muito mais a fatores geográficos e políticos. Para Silva (2010),

O problema da diferenciação geográfica, mais do que o da diferenciação social, criou condições para que a língua latina viesse um dia a dar origem às línguas românicas. Socialmente, o latim seria bem falado ou mal falado, conforme a cultura daqueles que o empregassem e, mais ainda, conforme a situação em que fosse empregado. [...] Geograficamente, porém, as diferenças deviam ser muito mais sérias, porque à medida que o Império se ampliava, envolvia povos de raças diferentes, o que vale dizer também povos de falas diferentes. (SILVA, 2010, p. 25)

Entende-se, portanto, que no caso do latim a origem da variação linguística possuía dupla fonte: a primeira é proveniente do falar culto ou popular (a língua é diferenciada socialmente), essa diferenciação é a mais comum e presente no uso de qualquer língua; nesse caso, a parcela da população que utiliza o linguajar mais erudito busca preservá-lo das “corrupções” da linguagem vulgar, utilizada pelo povo. No caso do latim, a língua de prestígio era utilizada pela aristocracia romana, conhecida por várias denominações (latim clássico, latim literário, *sermo urbanus* etc.), essa língua era predominantemente utilizada na escrita para a redação de documentos oficiais. Já a língua popular era somente falada, não estava presa a princípios gramaticais rígidos, por isso não possuía uniformidade, era a língua dos camponeses, operários e soldados.

A segunda fonte de variação linguística do latim é proveniente de uma questão política e geográfica (a língua é diferenciada geograficamente). À medida que o Império Romano crescia, outros povos falantes de outras línguas eram obrigados a utilizar o latim, o que proporcionava uma grande fonte de transformações na língua. Após a falência do Império, essa fonte geradora de mudanças linguísticas continuou a existir e a se fortalecer, por meio principalmente das invasões bárbaras e árabes.

As duas fontes geradoras de transformações linguísticas no latim são igualmente relevantes, no entanto, considera-se que seria improvável que somente a diferenciação social conduzisse o latim a transformar-se em outras línguas. Dessa forma, o surgimento das línguas românicas está muito mais condicionado às questões geográficas e políticas sofridas pelo Império Romano.

A história da língua portuguesa mostra, portanto, que a variação linguística é um processo inerente às línguas, e dependendo dos fatores que colaboram para sua existência, ela pode ocorrer em maior ou em menor grau, provocar grandes ou moderadas transformações.

2. Características da variação linguística:

Segundo Faraco (2006) a variação linguística é um evento que acontece continuamente em todas as línguas. O autor confirma o que é de conhecimento comum no estudo da linguagem: “as línguas humanas não constituem realidades estáticas, ao contrário, sua configuração se altera continuamente no tempo” (FARACO, 2006, p. 14). Faraco aponta uma série de características do processo de variação:

- ✓ Nunca se perde o que é chamado de “plenitude estrutural e potencial semiótico” das línguas, ou seja, as línguas estão em constante mudança, mas mesmo assim, nunca deixam de servir aos falantes com os recursos fundamentais para a veiculação dos significados.
- ✓ As mudanças são graduais e atingem partes e não o todo da língua, embora ocorram continuamente, acontecem de forma tão lenta que os falantes possuem mais uma sensação de permanência do que de mudança da língua.
- ✓ A escrita propicia uma realidade mais permanente e estável, devido ao padrão compilado em gramáticas e ensinado formalmente, isso reprime as mudanças.

- ✓ A variação surge mais frequentemente entre as gerações mais jovens e em grupos socioeconômicos intermediários.

Nesse sentido, embora haja sempre a mudança, ela não ocorre de maneira tão brusca ao ponto de dificultar a comunicação, as modificações linguísticas são lentas e gradativas, tornando-se mais lentas ainda nas sociedades letradas que utilizam da escrita para fixar padrões linguísticos como mais ou menos prestigiados.

Isso nos leva a acreditar que quanto maior a presença da escrita numa sociedade, mais delineada fica a divisão entre variedades de prestígio e variedades consideradas vulgares; ou seja, com a escrita, surge a necessidade de fixar padrões linguísticos a serem utilizados de modo contextual, o que conseqüentemente torna o linguajar popular menos prestigiado. No caso do latim, havia a língua erudita (clássica, literária), escrita e utilizada por poetas e oradores, essa língua se preservava ao longo do tempo, sobretudo pelo fato de ser uma língua predominantemente utilizada na escrita; por outro lado, a língua popular se desenvolvia livremente, por não estar presa àqueles princípios do linguajar culto e por ser pouco utilizada na escrita. Segundo Silva,

O que se tinha era o latim literário, língua artificial, criada por imitação dos modelos gregos, unicamente escrita, cheia de variações que deviam embelezá-la; e o latim vulgar, língua unicamente falada, que possuía vida própria, que não estava presa a princípios rígidos de fonética, morfologia e sintaxe. [...] Enquanto a língua literária se fazia mais fixa e mais rígida, à proporção que os eruditos lhe impunham regras e normas, a língua falada se enriquecia sempre mais, ganhava mais vida e colorido, mais complexidade e variação [...] é desse latim vulgar, cheio de falhas e de defeitos que o afastavam bastante da língua erudita, que se vai originar o português. (SILVA, 2010, p. 22-3)

A língua vulgar e sua variação linguística foram, portanto, determinantes para a evolução e o surgimento de outras línguas. Nesse contexto, o ensino de uma norma padrão é constantemente questionado, afinal, por que prender-se a princípios gramaticais de um linguajar de prestígio se a língua muda constantemente? Por que ensinar na escola uma língua artificial utilizada por uma pequena parcela da sociedade? Por que ensinar uma língua dita de prestígio que desqualifica ou torna menor as demais variantes?

Há convergências e divergências a esse pensamento, e todas as posturas precisam ser consideradas. O primeiro fator a ser acatado é o fato de que a variação linguística não pode ser tida como algo bom ou ruim,

mas sim algo natural e intrínseco ao desenvolvimento das línguas.

3. Norma-padrão, variação linguística e ensino

Quando se trata de ensino de língua materna, principalmente na seara das modalidades padrão e não padrão, há que se considerar a existência das concepções tradicionais, tanto de língua, quanto de ensino de língua.

A concepção tradicional de língua diz que a norma-padrão deve ser ensinada por ser a mais prestigiada socialmente. Na mesma direção, a concepção tradicional de ensino de língua traz um ensino prescritivo ou normativo, baseado nas regras da gramática normativa que tratam a linguagem como um todo homogêneo que pode ser aprendido por meio de exercícios de metalinguagem. É quase uma unanimidade entre os estudiosos que essa concepção precisa ser combatida.

É importante, ainda, diferenciar norma-padrão de variedade culta. Segundo Bagno,

De um lado, temos a norma-padrão lusitanizante, ideal de língua abstrato, usado como verdadeiro instrumento de repressão e policiamento dos usos linguísticos; do outro, temos as diversas variedades cultas, usos reais da língua por parte das classes sociais urbanas com escolaridade superior completa. (BAGNO, 2002, p. 185)

Nesse sentido, a norma culta é utilizada por aqueles que possuem maior contato com a escrita, é importante ressaltar que muitas das regras da norma-padrão tradicional não são utilizadas pelos falantes mais instruídos que utilizam uma variante culta. Segundo Bagno (2002), no Brasil, são considerados como falantes de variante culta aqueles que possuem curso superior. No entanto, na visão do autor, se nem essa língua falada pelas pessoas mais instruídas da sociedade possui uma plena correlação com a norma-padrão tradicional, entende-se aí a necessidade de um movimento de busca pela criação de uma norma-padrão diferente da que já conhecemos.

Para Faraco (2002), a norma-padrão tradicional é carregada de preconceitos e busca padronizar a língua considerando tudo o que é diferente do “padrão” como errado. Essa padronização da língua busca preservá-la da variação que a mesma sofre ao longo do tempo. Foi por esse motivo que surgiram as primeiras gramáticas tradicionais ainda na Grécia

antiga, como nos informa Bagno (2004). Bagno (2004) acrescenta que o padrão de língua a ser preservado naquela época era aquele encontrado nos escritores clássicos. Essa concepção de padrão linguístico baseado nos grandes escritores e com a intenção de preservar uma língua livre de variações é a que vigora até hoje. É com o mesmo intuito de refrear a variação linguística que surge a norma-padrão da língua portuguesa.

Porém, segundo Faraco (2002), em vez do padrão se basear na fala dos brasileiros mais letrados, ele, na verdade, foi elaborado com base na escrita de clássicos portugueses, numa tentativa de igualar a língua falada no Brasil ao português europeu.

Observa-se, portanto, no posicionamento de Bagno (2004) e de Faraco (2002), uma tendência à valorização de uma variante de prestígio; porém, essa variante não é a norma-padrão tradicional, mas sim uma língua culta brasileira que não esteja presa aos moldes do português europeu. O motivo dessa preferência encontrada em vários autores é que a fala dos brasileiros mais instruídos é diferente da escrita encontrada nos clássicos portugueses; dessa forma, o “padrão” a ser ensinado nas escolas não é a norma-padrão tradicional, mas sim um novo modelo linguístico, baseado na fala dos brasileiros mais instruídos.

Assim, muitos advogam pelo não ensino da norma-padrão tradicional, como é o caso dos autores já citados – Bagno (2004); Faraco (2002) –, e ao mesmo tempo defendem que a escola deve possibilitar o acesso a uma linguagem socialmente prestigiada, já que, segundo Possenti (1996), este conhecimento é útil para o combate às desigualdades sociais.

O uso de uma variante de prestígio é requerido em diversos contextos, sobretudo na escrita, e fazer uso dela não significa abandonar as variantes populares ou considerá-las menores. Dessa forma, esse conhecimento pode ser um instrumento de mobilidade social, uma vez que um saber tido como pertencente às classes abastadas não pode mais ser considerado como tal, devido ao seu acesso ser possibilitado àqueles que não fazem parte dessas classes. Silva, Pilati e Dias afirmam:

Podemos dizer, então, que os pesquisadores brasileiros têm uma noção bastante clara de que, em um ensino democrático, todas as variedades do português podem e devem ser trabalhadas em sala de aula e as avaliações sociais sobre cada uma delas não devem ser negligenciadas. Outro aspecto importante é que a variedade considerada de prestígio pela sociedade deve ser bem explorada, pois o conhecimento e o uso dessa variedade por parte dos alunos serão úteis na sua relação com a sociedade. A nova questão que se coloca nesse momento é a necessidade urgente de se viabilizar esse ensino em sala de aula. Em outras palavras, como auxiliar

professores a implementar em sala de aula o trabalho com as diversas variedades linguísticas e como auxiliar o professor nessa nova missão? (SILVA; PILATI; DIAS, 2010, p. 979)

É bastante coerente o posicionamento desses autores, tanto em relação à necessidade do ensino de uma língua socialmente prestigiada, quanto à necessidade de capacitar os professores para esse ensino, que não deve ser excludente, no sentido de dar espaço também às variantes populares.

4. Considerações finais

A partir da imposição da cultura e da língua romana aos povos da Península Ibérica, um longo processo histórico se desenvolveu culminando na origem das línguas neolatinas, grupo de línguas ao qual pertence a língua portuguesa. Embora o fluxo de mutações linguísticas do latim continue vivo na língua portuguesa mostrando que é impossível deter a variação, há sempre a tentativa de preservação de um padrão linguístico por meio da escrita e de compêndios gramaticais. Diante disso, nos deparamos com o seguinte questionamento: “por que ensinar um padrão de prestígio social se a língua muda e o que prevalece sempre são as variantes populares?”

Chegamos à conclusão de que há quase um consenso em relação ao fato de que o ensino de língua materna deve primordialmente objetivar o domínio de uma variante de prestígio por parte dos alunos, sem que esse ensino conduza à depreciação das variantes populares. O problema em torno dessa questão, para alguns dos autores mais proeminentes, não é o ensino de uma variante de prestígio, mas sim o fato que essa variante está atrelada a um padrão linguístico do português europeu, daí a defesa pelo ensino não da norma-padrão tradicional, mas de uma variante socialmente prestigiada que tenha sua origem no falar dos brasileiros mais instruídos, e não nos clássicos do português europeu.

O problema com o ensino da norma culta e não da norma-padrão pode residir no fato de que não há ainda uma sistematização clara de uma norma culta genuinamente brasileira, no sentido de se estabelecer o que é linguisticamente adequado a se utilizar ou não. Algumas gramáticas já foram elaboradas para atender a essa perspectiva, porém, a esmagadora maioria das gramáticas que são a fonte de conhecimento e de ensino de língua nas escolas, ainda é voltada à norma-padrão tradicional. Soma-se a isso a capacitação falha dos professores, no sentido de proporcionar-lhes

um aprendizado que os leve a aplicar o conhecimento sobre norma culta em sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. Língua, história e sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: _____. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 179-99

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 37-61

HAUY, Amini Boainain. História da língua portuguesa: séculos XII, XIII e XIV. In: SPINA, Segismundo (Org.). *História da língua portuguesa*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. p. 21-102

OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado de. *Cattus, Feles et pinguis: um grafito do vocabulário latino e de suas transformações portuguesas*. João Pessoa: Ideia, 2015.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

SILVA, José Pereira da. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: O Autor, 2010.

SILVA, Kleber Aparecido; PILATI, Eloisa; DIAS, Juliana de Freitas. O ensino de gramática na contemporaneidade: delimitando e atravessando as fronteiras na formação inicial de professores de língua portuguesa. In: *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 10, n. 4, p. 975-994, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v10n4/a08v10n4>>. Acesso em: 5 set. 2018.